

Operação de SP gera polêmica

ANDRÉ LACERDA

BRASÍLIA – A possibilidade de aprovação de projeto de resolução que permite a inclusão de precatórios emitidos irregularmente pela prefeitura de São Paulo na dívida do município refinanciada junto à União provocou polêmica, ontem, no Senado. Os títulos somam R\$ 5,7 bilhões e se encontram de posse do Banco do Brasil. A resolução livra os precatórios da prefeitura paulistana - emitidos à época em que Paulo Maluf (PPB) governava o município - do exame da Justiça antes de serem resgatados pela União. Até as 21h de ontem, a votação ainda não havia sido concluída.

O projeto gerou protestos no Senado por causa do pedido feito pelo presidente do BB, Andrea Calabi, aos parlamentares. Por meio de carta, Calabi argumenta que a instituição corria o risco de ter seus resultados financeiros seriamente afetados caso não conseguisse resgatar rapidamente os papéis irregulares da prefeitura de São Paulo que estão em sua carteira.

“Vigarice” – Na semana passada, o Senado havia aprovado outra resolução exigindo que os precatórios (títulos emitidos para o pagamento de sentenças judiciais) teriam que ter sua regularidade reconhecida pela Justiça antes de serem pagos pela União. Como o BB está de posse de R\$ 5,7 bilhões em papéis “podres”, a dificuldade imposta pela resolução do Senado geraria, segundo Calabi, prejuízo de mesmo tamanho à instituição financeira pública. “O Senado está sendo cúmplice de uma vigarice, de uma pilantragem”, protestou a senadora Heloísa Helena (PT-AL).

Pela resolução, os papéis emitidos até 13 de dezembro de 1995 podem ficar livres da imposição de serem apreciados pela Justiça antes de seu resgate pela União, como parte do refinanciamento acertado pelos municípios junto ao Tesouro Nacional.